ZH ZERO HORA

Publicado em 03/05/2022 - 05:54

Sob pressão, Assembleia vota projeto decisivo para programa de alívio fiscal

FINANÇAS PÚBLICAS

Texto decisivo para regime de recuperação pode ser votado

Movimento de entidades e políticos visa impedir homologação do plano de reestruturação da dívida do Estado com a União

PAULO EGIDIO
paulo.egidio@zerohora.com.br

Aberto no governo de José Ivo Sartori (MDB) e pavimentado na gestão de Eduardo Leite (PSDB), o caminho para a aceitação do RS no regime de recuperação fiscal (RRF) tem um obstáculo perto da linha de chegada. Um movimento que reúne entidades de classe e políticos de diferentes partidos se organiza para tentar impedir a conclusão dos trâmites do acordo. Embora o Estado já tenha aderido formalmente ao regime, o plano de recuperação fiscal, que detalha as medidas necessárias para o equilíbrio financeiro, ainda precisa ser homologado pelo governo federal.

Convocada pela seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS) com apoio da Associação dos Juízes do RS (Ajuris), a mobilização coloca lado a lado sindicatos e partidos de esquerda, que historicamente questionam o pagamento da dívida, e apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, como os pré-candidatos a governador Luis Carlos Heinze (PP) e Onyx Lorenzoni (PL).

O engajamento do bloco conservador ao movimento chama atenção porque os deputados alinhados à direita votaram a favor das medidas de ajuste fiscal propostas por Sartori e Leite, e ajudaram a aprovar, na Assembleia Legislativa, os projetos de lei que viabilizaram a adesão ao regime.

Entretanto, a reação atual, às vésperas do período eleitoral, pode inviabilizar a apreciação de um projeto de lei essencial para a homologação do plano do RRF pelo governo federal, cuja exigência partiu da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Trancando a pauta de votações da Assembleia a partir de hoje, a proposta ajusta a lei do teto de gastos estadual, incluindo os investimentos por nove anos no teto (atualmente são quatro) e excluindo recursos de emendas parlamentares. Isso fará com que o RS passe a atender aos requisitos da lei federal que regulamenta o RRF.

A rejeição da iniciativa pode inviabilizar a permanência do Estado no regime. Diante disso, a inclusão na ordem do dia do Legislativo precipitou o uso do projeto como instrumento de pressão por aqueles que resistem à adesão ao RRF.

A pressão do grupo é pela retirada do regime de urgência, o que, na prática, atrasaria a votação ou até inviabilizaria a apreciação em plenário nas próximas semanas, em virtude da proximidade das eleições.

Ontem, a OAB promoveu audiência pública de quase três horas para discutir o tema, na qual foram ouvidos servidores públicos, deputados e representantes do governo. O comando da entidade sustenta que a dívida com a União já teria sido quitada pelo RS. Na abertura, o presidente da OAB gaúcha, Leonardo Lamachia, lembrou que a instituição ingressou em 2012 com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando a revisão dos valores devidos.

– Há, nos autos desta ação, uma perícia que atesta irregularidades nos critérios de atualização da dívida e demonstra que o valor exigido pela União é muito maior do que o efetivamente devido pelo Estado – disse Lamachia.

Presença

O laudo mencionado pelo presidente da OAB, que aponta diferenças entre o valor cobrado pela União e o que o Estado deveria pagar, ainda não foi homologado pela relatora do processo, a ministra do STF Rosa Weber.

Estiveram no debate os pré-candidatos a governador Beto Albuquerque (PSB), Edegar Pretto (PT) e Pedro Ruas (PSOL) – todos respaldando o entendimento da OAB. Heinze se reuniu com Lamachia e também expressou concordância. Líder da bancada do PL na Assembleia, o deputado Paparico Bacchi fez menção à manifestação recente de Onyx, que também rejeita a adesão ao RRF. A deputada Luciana Genro (PSOL) chegou a sugerir a abertura de CPI para analisar o pagamento da dívida.

Ciente da mobilização, o governador Ranolfo Vieira Júnior convocou reunião com deputados da base aliada, ainda ontem, a fim de conversar sobre a proposta e pedir o apoio dos parlamentares na votação em plenário.

COMUNICAÇÃO SOCIAL AJURIS, DIVULGAÇÃO

OAB promoveu audiência pública de quase três horas para discutir o tema

"No RRF, teremos economia de R$ 19 bilhões até 2029"

Outro fator que mobiliza os postulantes ao Piratini de esquerda e de direita a rejeitarem a adesão é o receio de perder a autonomia sobre decisões administrativas caso assumam o governo estadual a partir de 2023.

Isso se deve a um dos instrumentos previstos no regime, que é a criação do Conselho de Supervisão. Formado por um membro indicado pelo Estado, outro pelo Ministério da Economia e um terceiro pelo Tribunal de Contas da União, o colegiado terá total acesso aos dados financeiros do Estado, poderá emitir recomendações e atuará como espécie de fiscal para garantir que as regras do plano sejam cumpridas.

O regime de recuperação fiscal (RRF) não veda, por exemplo, o reajuste salarial a servidores, mas o governo terá de demonstrar capacidade de financeira de arcar com o custo da reposição ao longo do tempo.

Também caberá ao conselho analisar as compensações financeiras – quando o recurso é retirado de um lugar do orçamento e colocado em outro.

A adesão ao RRF foi aprovada pela Assembleia em fevereiro de 2018, por 30 votos a 18. Em dezembro de 2021, a solicitação foi encaminhada à União e, em janeiro deste ano, a adesão do Estado foi aceita pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A partir de então, o Piratini começou a trabalhar nos detalhes do plano que será apresentado à STN. A aprovação do projeto de lei que está na pauta da Assembleia é fundamental para que o plano seja, mais tarde, homologado.

Caso não seja, o governo teria de voltar a pagar integralmente as parcelas da dívida, cujo serviço anual soma aproximadamente R$ 3,5 bilhões. Já pelas regras do RRF, o pagamento seria retomado de forma gradual.

O procurador-geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, alega que, atualmente, é a adesão ao RRF que faz com que o Estado esteja sem quitar o passivo mensalmente, não mais a liminar concedida em 2017 pelo STF que suspendeu o pagamento:

– Se sair do regime, o Estado passará a ficar atrelado às regras anteriores de pagamento. No RRF, teremos economia de R$ 19 bilhões até 2029.

Outra medida que depende da homologação do RRF é o financiamento de US$ 500 milhões que o Piratini pretende contratar para pagar precatórios.

Reajuste de 6%

- Nove dos 12 projetos previstos para serem votados hoje na Assembleia Legislativa estão trancando a pauta da Casa
- Além do que trata do regime de recuperação fiscal, há o projeto que prevê reajuste dos servidores estaduais em 6%. A proposta do governo divide o reajuste em dois blocos: 1% retroativo a 1º de janeiro, e o restante a partir de 1º de abril. Entidades que representam o funcionalismo criticam o percentual e alegam que está abaixo da inflação
- Outro projeto polêmico autoriza o Estado a repassar R$ 490 milhões para obras em rodovias federais no Rio Grande do Sul
- Retomando para a pauta após falta de quórum na semana passada, não deve ser votada novamente, hoje, a proposta que busca modificar a Lei Kiss. De autoria do deputado Paparico Bacchi (PL), o projeto prevê que técnicos industriais de nível médio sejam responsáveis por projetos de planos de prevenção e proteção contra incêndios (PPCIs). Atualmente, a atribuição é restrita a engenheiros e arquitetos
- A ordem dos temas deve ser discutida durante a manhã na reunião de lideranças que antecede a sessão marcada para as 14h

Colaborou Kathlyn Moreira

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Copyright © Clipclap 2025.